



Cartórios remotos apontam os novos caminhos para execução penal em Santa Catarina

A experiência pioneira do Cartório Remoto de Execuções Penais (Crepex), que hoje contempla as comarcas de Criciúma e Florianópolis, deve se expandir para outras unidades do Estado em breve, em clara sinalização sobre os novos rumos da execução penal em Santa Catarina.

O Crepex atua com a tramitação eletrônica dos processos de execução penal, e traz como resultados a otimização das rotinas, a eliminação de cargos e a facilitação do cumprimento de decisões, entre outras vantagens. Fornece ao preso, com brevidade, todo o seu histórico no cárcere e os eventuais benefícios a que tem direito.

Nas duas comarcas beneficiadas, o cartório – integrado por apenas sete servidores, fisicamente instalados no Tribunal de Justiça – é responsável por 13 mil processos e mais de quatro mil presos. Dos mais de 50 mil processos de execução penal em tramitação no Estado, 28% já estão digitalizados.

A intenção da atual administração é expandir esse modelo e oferecer o serviço para outras comarcas.

O desembargador Nelson Schaefer Martins ficou bastante impressionado com



os benefícios do novo modelo. Salientou que o Poder Judiciário deve atuar no sentido de viabilizar o projeto, mantendo contato com o Poder Executivo para tê-lo como parceiro em investimentos na informatização das principais penitenciárias e presídios regionais catarinenses. “Precisamos garantir a intercomunicabilidade entre todos os

atores para otimizar o sistema”, explicou.

O Ministério Público e a Defensoria Pública já recebem intimação de forma eletrônica, nos termos da Lei 11.419/2006. Já as unidades prisionais ainda não trabalham em rede. O assessor correccional Rafael Piaia fez uma apresentação das funcionalidades do cartório remoto e de alternativas para sua expansão no Estado.

TJ define integrantes de comissões permanentes para o biênio 2014/2015

O 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça, Des. Torres Marques, definiu os novos integrantes das Comissões Permanentes de Regimento Interno, de Divisão e Organização Judiciária e de Jurisprudência, para o biênio 2014/2015. Regimentalmente presidida pelo 1º vice-presidente do TJSC, a composição foi oficializada em portaria assinada pelo presidente do TJSC, publicada no Diário da Justiça do dia 12/3, ficando assim constituída:

Comissão Permanente de Regimento Interno:

Desembargadores Salim Schead dos Santos e João Henrique Blasi
Juizes de 2º grau Odson Cardoso Filho e Janice Ubiali

Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciária:

Desembargadores Ronei Danielli e Domingos Paludo
Juizes de 2º grau Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Carlos Adilson Silva e Guilherme Nunes Born
Juizes de direito Marlon Negri (titular) e Rafael Maas dos Anjos (suplente)

Comissão Permanente de Jurisprudência:

Desembargador Luiz Fernando Boller
Juiz de 2º grau Leopoldo Augusto Brüggemann



Solenidade de posse do desembargador Domingos Paludo aconteceu no dia 7/3.



2ª Câmara Criminal do TJ faz homenagem ao des. aposentado Sérgio Paladino

Visão de Juiz

Davidson Jahn Mello*



“O marco normativo do processo eletrônico se deu com a promulgação da Lei n.11.419, de 19 de dezembro de 2006. Após quase oito anos, percebe-se que as benesses da virtualização processual são infindáveis. Com o

advento dessa importante ferramenta, o Judiciário, enfim, deu início ao que sempre se preconizou na Constituição Federal de 1988: a prestação jurisdicional eficiente. Dentro desse contexto, verifica-se que o microsistema dos Juizados Especiais é a peça chave dessa engrenagem constitucional. Em seis meses de trabalho foi possível prolatar mais de 6 mil sentenças. E a razão é simples: a reorganização funcional permitida pelo uso ostensivo dos processos eletrônicos. Os usuários do processo eletrônico passam a ter, de fato, uma extraordinária autonomia gerencial, tendo acesso concomitante a dezenas de arquivos de documentos, que podem trazer solução instantânea à hipótese

jurídica em análise. A redução de tempo gasto em cada processo é notória. Não há mais necessidade em se realizar ‘carga’ do cartório para o gabinete. Agora, basta um simples ‘clique’ na tela do computador. A economia de papel e tinta de impressora, além da dispensabilidade dos demais suprimentos de papelaria, como furadores, lápis, borrachas, canetas e etiquetas, reverteu diretamente no implemento de novos equipamentos de informática e melhor aproveitamento das dependências da unidade jurisdicional. O foco agora é aprimorar a ferramenta. Em razão da quantidade de horas que se passa em frente a duas telas, desponta necessário um maior número de pausas, dado o surgimento de males ocupacionais. Mas isso, evidentemente, não encobre o brilho do processo eletrônico. Em síntese: o processo eletrônico é meio capaz e suficiente de atender efetivamente à demanda judicial em uma sociedade de massa e de grande complexidade, redundando no surgimento de um sem-número de conflitos, que cedo ou tarde baterão às portas do Judiciário.”

* Titular do Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital/Fórum do Norte da Ilha.

Biblioteca Digital Mundial já está disponível na internet

Lançada pela Unesco com o objetivo de promover o acesso às mais diversas obras da cultura mundial, a World Digital Library (WDL) reúne um valioso acervo de caráter patrimonial, com documentos digitalizados em mais de 50 idiomas, inclusive o português. Entre os documentos há alguns códigos precolombianos, a Declaração de Independência dos Estados Unidos, as constituições de numerosos países, bem como antigas fotos latino-americanas da Biblioteca Nacional do Brasil, que tem ativa participação no projeto. Cada obra é acompanhada de uma breve explicação de conteúdo e significado. O acesso é gratuito e permite aos usuários orientar a sua busca por épocas, zonas geográficas, tipo de documento e instituição. Para acessar a biblioteca, digite: www.wdl.org



BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL

TJSC está entre tribunais que cumpriram 100% da Resolução da Ficha Limpa

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina está entre os órgãos do Poder Judiciário que apresentaram cumprimento integral da Resolução n.156, mais conhecida como Resolução da Ficha Limpa, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a fim de proibir a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoas condenadas por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado.



Segundo o levantamento, no Judiciário estadual, a determinação foi atendida por 26 tribunais (96% do total). O TJ do Piauí foi o único a não cumprí-la.

Em todo o Brasil, desde o início de sua vigência, em agosto de 2012, a resolução resultou na dispensa de 21 servidores que ocupavam função de confiança, assim como na exoneração de outros 19 nomeados para cargos em comissão – nenhum no âmbito do TJSC, informa a Assessoria de Imprensa do CNJ.

Perfil Especial

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina perdeu neste mês um dos seus membros mais ativos. Faleceu no último dia 13 o desembargador José Volpato de Souza. Com 35 anos de magistratura, era natural de Braço do Norte (SC) e tinha 64 anos. Ingressou no Judiciário catarinense em 1979, quando foi nomeado juiz substituto da comarca de Tijucas. Promovido a juiz de direito, atuou nas comarcas de Taió, Itaiópolis, Canoinhas e Joinville. Foi promovido, por antiguidade, ao cargo de desembargador e empossado no dia 28 de janeiro de 2002. Era membro efetivo do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

do Tribunal de Justiça, bem como integrante da 4ª Câmara de Direito Público. No último dia 24, o desembargador José Volpato de Souza foi eleito vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Ele tomaria posse no cargo no dia 12 de março – coincidentemente data de seu aniversário. Com complicações hospitalares, precisou ser transferido ao Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, onde acabou por falecer às 16h20min do dia 13. Seu corpo foi velado no Auditório do TJ no dia 14, de onde partiu para o sepultamento no cemitério Jardim da Paz, em Florianópolis. Deixou

Des. José Volpato de Souza

esposa, Dona Sônia, e os filhos Marcelo e Solange. Marcelo seguiu a carreira do pai e é juiz na comarca de Chapecó. Solange é professora.

